



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Maioria pede o fim da greve

Magistério. Assembleias regionais da categoria sinalizam pela volta às salas de aula
(Notícias do Dia, Política, p. 8)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 6/7/11



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 06/07/11
Assunto: Maioria pede o fim da greve		Página: 08

Maioria pede o fim da greve

Magistério. Assembleia regionais da categoria sinalizam pela volta às salas de aula

JOÃO MEASSI

joao@noticiasdodia.com.br

 @joao_ND

FLORIANÓPOLIS — A tendência de fim de greve deve se confirmar hoje na Capital, quando o Sinte promove uma assembleia estadual que será realizada na passarela “Nego Quirido”, a partir das 14 horas. Os professores grevistas deverão aceitar a proposta do governo que foi apresentada pelo governador Raimundo Colombo em reunião domingo à noite na Casa da Agrônômica.

Das 22 regionais do Sinte, 17 votaram favoráveis ao fim da greve, uma das mais longas da história do magistério, que eclodiu no dia 18 de maio e completa hoje 50 dias.

Foram dias de intensa mobilização dos professores pelo pagamen-

to do piso nacional da categoria. Para cumprir o que mandava o STF (Supremo Tribunal Federal), que indeferiu ação do governo de Santa Catarina contra o pagamento do piso, o governo reduziu alguns benefícios dos professores, como a regência de classe, além de achatou a tabela do magistério com prejuízo nos salários da metade da tabela para frente.

O governo pagou o piso, mas achatou salários, e isso inflamou o movimento dos professores que fortaleceu a greve. Depois de muitas rodadas de negociações entre governo e grevistas, houve um sensível avanço e tudo indica que a greve deva acabar hoje.

Mas os professores devem manter a mobilização porque um grupo de trabalho vai estudar o cumprimento de reivindicações que não foram integralmente cumpridas.



VOTAÇÃO

Das 31 regionais do Sinte, 17 votaram pelo retorno. 11 pela continuação e três não decidiram



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 06/07/11
Assunto: 17 regionais dizem não à greve		Página: 12

17 regionais dizem não à greve

Assembleia estadual, em Florianópolis, vai dar a palavra final sobre o movimento

Acabar com a greve dos professores, que completa hoje 50 dias, foi a decisão de 17 das 30 assembleias regionais realizadas ontem e segunda-feira. Outras 11 decidiram pela continuidade da paralisação. Embora o resultado aponte pelo fim do movimento, a palavra final será dada hoje, na assembleia estadual, marcada para as 14 horas, na Passarela Nêgo Quirido, em Florianópolis.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvetete Bedin, explicou que as assembleias regionais são realizadas para se ter um indicativo de

cada região. De acordo com ela, as decisões não podem ser ignoradas pelo encontro estadual.

Em Joinville, por uma diferença de 23 votos, foi aprovada a continuidade da greve. A categoria ficou dividida e foi preciso contar as mãos erguidas (a favor de permanecer em greve), contou a coordenadora da regional do Sinte, Clarice Erhardt, por telefone. De acordo com a entidade, a reunião teve a participação de cerca de 400 pessoas.

Segundo Clarice, o principal ponto que influenciou a regional foi a disparidade nos reajustes em relação ao grau de especialização. “A defasagem dos salários chega a 94% do piso nacional. Mas transformando em percentuais os valores absolutos que o governo está oferecendo, vimos que o reajuste baixa até 32% conforme o grau de formação”, afirma.

Ação civil do MP exige aulas

O Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC) moveu uma ação civil pública contra o Estado, na segunda-feira, exigindo que o governo garanta o acesso de crianças e adolescentes à educação. Movida pelas promotorias da Infância e Juventude da Capital, ela aguarda julgamento, que deve sair ainda nesta semana. Se a decisão for favorável à ação e o Estado não cumprir, ele deve ser punido com uma multa diária.

“O direito à educação é cons-

titucional. As crianças e adolescentes precisam voltar imediatamente às aulas em todo o Estado”, ressalta a promotora Cristiane Maestro Boëll.

O Estado deverá garantir as aulas, mesmo que para isso seja preciso contratar professores. De acordo com a promotora, seriam chamados substitutos, o que é legal em casos de urgência. Também pedindo a volta às aulas, pais entraram com uma representação no MP-SC contra Estado e o Sinte.

Placar

Fim da greve: 17
Brusque
Xanxerê
Canoinhas
Ituporanga
Maravilha
Curitibanos
S. Lourenço d'Oeste
Campos Novos
São Joaquim
Palmitos
Blumenau
Rio do Sul
Lages
Joaçaba
Concórdia
Chapecó
São Miguel d'Oeste

Continuidade: 11
Florianópolis
Tubarão
Criciúma
Joinville
Mafra
Ibirama
São José
Videira
Itajaí
Araranguá
Laguna

Sem decisão: 2
Caçador
Jaraguá Sul



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Política	Data: 06/07/11
Assunto: Mais verba para educação		Página: 08

Mais verba para educação

FLORIANÓPOLIS — O governo do Estado aumentou os percentuais de despesas dos órgãos e poderes na participação da receita líquida disponível para compensar a retirada das transferências do Fundeb. Sem o Fundo da Educação na base de cálculo, órgãos e poderes terão R\$ 90 milhões a menos. O governo terá R\$ 90 milhões a mais.

O dinheiro será investido na Educação, principalmente no pagamento do piso nacional dos professores e no pagamento integral da regência de classe conforme o prometido pelo governo aos grevistas.

O Fundo da Educação para 2012 está orçado em R\$ 1,6 bilhão. A redefinição dos percen-

tuais foi discutida com representantes dos poderes. Uma reunião na manhã de ontem na Casa da Agrônômica, quando o governador Raimundo Colombo recebeu o presidente do TJ, desembargador José Trindade dos Santos, e o procurador-geral, Lino Marcos Marin, selou o acordo.

“Este gesto demonstra harmonia e grandeza entre os poderes, em favor da sociedade catarinense”, afirmou o governador Raimundo Colombo.

O presidente do TJ, disse que a medida força uma readequação nos planos do Judiciário, mas que, ao mesmo tempo, sinaliza que a negociação ainda é a melhor forma de garantir sintonia entre os poderes.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/7/11
Assunto: Dia D no magistério – Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve		Página: 22 e 23

DIA D NO MAGISTÉRIO

Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve

Maioria das regionais votou pelo fim do movimento, mas o resultado

pode mudar hoje na Capital

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Acabar com a greve dos professores, que completou hoje 50 dias, foi a decisão de 17 assembleias regionais, de 30, realizadas ontem e segunda-feira. Outras 11 decidiram pela continuidade da paralisação do magistério.

Apesar de o resultado apontar pelo fim do movimento, que começou em 18 de maio, a palavra final será dada, hoje, na assembleia estadual, marcada para as 14h, na Passarela Negro Quirido, em Florianópolis.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Alvet Bedin, explicou que as assembleias regionais são realizadas para se ter um indicativo de cada região. De acordo com ela, as decisões tomadas não podem ser ignoradas pelo encontro estadual.

– Apesar de ser a última instância de votação, ela precisará levar em conta o que ficou decidido pelas regionais – observou Alveté.

Desde 11 de maio, foram feitas duas assembleias estaduais, em Florianópolis, escolhida por ser a Capital, onde fica a sede do governo e por ter mais visibilidade. Professores de outras cidades estão organizando caravanas para participar.

Pelo placar das regionais, a maioria das assembleias, feitas nas regiões Oeste, Meio-Oeste e Planalto, votou pelo fim da greve. Em Brusque, Blumenau e Ituporanga, os professores também decidiram voltar às aulas.

Entre as regionais que decidiram pela continuidade do movimento estão Florianópolis, São José, Joinville, Criciúma, Itajaí, Laguna e Araranguá.

– Os 500 professores na regional de Araranguá foram unânimes pela continuidade da greve – disse o coordenador regional do Sinte Araranguá, Luiz Fernando Martins.

Em outras duas assembleias regionais, feitas em Caçador e Jaraguá do Sul, os docentes preferiram não decidir por nenhum encaminhamento. Eles vão aguardar o que a maioria decidir no encontro estadual.

Ânimos exaltados na assembleia em São José

Vaias marcaram a assembleia regional dos professores da Capital e de São José. Os docentes questionaram a negociação feita pelos representantes do Sinte e alguns pediram para a direção ser mudada. Antes da votação o advogado José Sérgio Cristóvam esclareceu dúvidas jurídicas, em relação à lei nacional do piso. De acordo com ele, a legislação garante o pagamento do piso na carreira, mas não diz em

qual carreira. Também deixou claro que valores de regência de classe não são direito adquirido e, por isso, eles podem ser mudados.

A coordenadora do Sinte, quando pediu para falar, foi vaiada. Ela tentou explicar aos professores que com as duas medidas provisórias encaminhadas pelo governo à Assembleia Legislativa, a carreira do magistério já foi alterada e, por isso, não será mais possível conseguir o pagamento dos salários, que o movimento reivindicava no início.

Ontem, deputados votaram a inadmissibilidade da segunda MP, que trazia a proposta de 6 de junho. De acordo com o deputado Elizeu Mattos, está sendo aguardado o envio do projeto de lei complementar, com a nova mudança para ser votado na próxima semana.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/7/11
Assunto: Dia D no magistério – Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve		Página: 22 e 23

O governo já cumpre a lei do piso?

- **Já, mas** ao pagar os R\$ 1.187 no salário-base de um professor com nível médio, ele achou a tabela salarial. O reajuste dado para o docente com nível médio não foi dado para outros. Os aumentos variam entre 7% e 44%. Além disso, para pagar o piso, o Estado diminuiu os percentuais da gratificação chamada de regência de classe – conquistada em outras greves.

E por que ele não paga o piso na carreira como os professores pedem?

- **O governo** justifica que para atender à reivindicação seriam necessários cerca de R\$ 100 milhões a mais por mês, o que ultrapassa o limite financeiro do Estado. Ele propôs um grupo de trabalho para discutir esta questão. Além disso, a carreira do docente já foi modificada duas vezes durante esta greve, com duas medidas provisórias.

O que os professores acham disso?

- **Pedem um** prazo para pagar o piso na carreira. Eles argumentam que discutir isso num grupo de trabalho é uma proposta muito vaga. Além disso, quando o governo diz que vai voltar a pagar os valores antigos da regência de classe não significa avanço, porque para eles, os percentuais nem deveriam ter sido reduzidos.

Balanço em SC

- **Grevistas:** segundo o Sinte, 60% dos profissionais estavam parados até o último levantamento da entidade, feito no início da semana passada.
- De acordo com o governo, 893 das 1,3 mil escolas, 38,19% de 24.279 professores, continuavam parados até ontem.

O x das questões

O que os professores pedem

- **Aplicação do** piso nacional para toda a carreira do magistério. Eles querem que seja mantida a mesma tabela salarial, respeitando a diferença entre os níveis.

O que está previsto na lei

- **A lei** diz que “os estados, o Distrito Federal e os municípios deverão elaborar ou adequar seus planos de carreira até 31 de dezembro de 2009”. A lei garante o pagamento do piso na carreira, mas não especifica que carreira é essa. De acordo com o ministro da Educação, Fernando Haddad, isso é uma definição que deve ser feita por cada estado e município.

Educação deve ser garantida

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) moveu uma ação civil pública contra o Estado, na segunda-feira, exigindo que o governo garanta o acesso de crianças e adolescentes à educação. Movida pelas promotorias da Infância e Juventude da Capital, ela aguarda julgamento, que deve sair nesta semana. Caso seja favorável à ação e o Estado não cumpra, ele deve ser punido com uma multa diária.

– O direito à educação é constitucional. As crianças e adolescentes precisam voltar imediatamente às aulas em todo o Estado – ressalta a promotora Cristiane Maestro Boëll.

O Estado deverá garantir as aulas,

mesmo que para isso seja preciso contratar professores. De acordo com a promotora, seriam chamados substitutos, sem concurso público, o que é legal em casos de urgência.

Também pedindo a volta às aulas, pais de alunos entraram com uma representação no MPSC contra Estado e o Sinte. Outra ação contra o governo foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), que ganhou liminar favorável na semana passada. Com essa decisão, o governo deveria ter pago até, ontem, os descontos pelos dias parados feito nos salários dos grevistas.

Apesar disso, os professores não

receberam nada. O governo entrou com um pedido de suspensão desta decisão na última quinta-feira, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. Até ontem não saiu o julgamento.

– Entendemos que hoje (ontem) os professores já deveriam ter recebido e independente da decisão do Tribunal esse dinheiro terá que ser pago, porque o prazo acabou. O Estado está descumprindo uma decisão judicial e amanhã (hoje) iremos tomar alguma medida – informou o advogado do Sinte, José Sérgio Cristóvam.

O procurador geral do Estado, Nelson Serpa, afirmou que é preciso aguardar as decisões.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/7/11
Assunto: Dia D no magistério – Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve		Página: 22 e 23

Caderno ficou em branco

Blumenau

Sentada na cama do quarto de paredes lilás, protegida por cobertores, Sandriele buscava ontem à tarde uma distração em frente ao computador. A adolescente de 12 anos, estudante da 6ª série da Escola de Educação Básica João Widemann, em Blumenau, completa hoje 50 dias sem aula.

Aluna dedicada, ela não vê a hora da paralisação acabar e de poder voltar aos estudos. No caderno de matemática, as últimas anotações, sobre expressões numéricas foram feitas dia 12 de maio. Ela e o irmão, Willian, de 14 anos que frequenta a 8ª série na mesma escola, estão com as páginas dos cadernos em branco.

Os dois ficam em casa sozinhos durante o dia porque a mãe, diarista e manicure, e o pai, taxista, trabalham. Mas não ficam sem supervisão. Os avós maternos, que moram na casa ao lado, organizam a rotina:

– Não dá pra deixar eles completamente sozinhos. A sorte é que a gente mora pertinho, aí facilita cuidar deles – diz o avô José Otávio Vieira.

Sem aulas, Sandriele e Willian passam o dia assistindo televisão e usando o computador. A menina vai à casa das amigas e treina judô, mas o garoto pouco sai de casa.



Willian e Sandriele passam os dias vendo televisão e no computador

– É chato ficar em casa esse tempo todo, não tenho mais o que fazer. Espero que as aulas recomencem logo – deseja Willian.

Os irmãos ainda não sabem como será a reposição de aulas, mas a ideia de ficar sem férias ou ter de estudar aos finais de semana não agrada à adolescente de Blumenau:

– Não vou gostar se tiver que ir pra escola no fim de semana!

O irmão completa:

– Tenho medo que eles queiram forçar demais, com muitas matérias de uma só vez, e que a gente não consiga acompanhar tudo.

A mãe, Alexandra, também está preocupada com o ano letivo dos filhos. Ela comenta que aguarda ansiosa o retorno das aulas:

– É ruim para mim e para eles, pois ficam sozinhos em casa e sem fazer nada. Gostaria muito que os professores retornassem.

Outra preocupação de Alexandra é com o futuro do filho, que já está indo para o ensino médio e, futuramente, para uma faculdade.

– Pode prejudicar ele mais para frente, quando os estudos exigirem mais do que ele aprendeu – argumenta Alexandra.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/7/11
Assunto: Dia D no magistério – Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve		Página: 22 e 23

Três regionais voltarão de qualquer jeito

Três regionais garantiram que vão voltar às aulas esta semana, seja qual for o resultado da assembleia estadual. É o caso da regional de Xanxerê, que decidiu pelo fim da greve a partir de amanhã. A regional tem 54 escolas em 13 municípios.

A regional de Maravilha também votou pelo fim da paralisação. Com 28 escolas em 12 municípios, dos 800 professores, 50% continuavam parados, mas todos devem voltar à atividade a partir de sexta-feira. Ontem, os poucos professores que compareceram à votação regional de Videira decidiram pela continuidade da greve, segundo o Sinte. A regional tem 23 escolas em sete municípios, com um total de 810 professores. Até ontem, 60% dos profissionais continuavam parados, mas a partir de amanhã, a promessa é de que 20 escolas voltem às atividades normais, e o percentual de grevistas deve cair para 10% do total.

A decisão das regionais

FIM DA GREVE 17

Brusque
Xanxerê
Canoinhas
Ituporanga
Maravilha
Curitibanos
São Lourenço d'Oeste
Campos Novos
São Joaquim
Palmitos
Blumenau
Rio do Sul
Laços
Joaçaba
Concórdia
Chapecó
São Miguel d'Oeste

CONTINUIDADE 11

Florianópolis
Tubarão
Criciúma
Joinville
Mafra
Ibirama
São José
Videira
Itajaí
Araranguá
Laguna

SEM DECISÃO 2

Caçador
Jaraquá Sul.

Como vão ficar nossos filhos depois de quarenta e poucos dias sem aula? Isso é uma vergonha para o nosso país.
IRENE TOMAZ

A greve completa, hoje, 50 dias. Destes, 33 são letivos. Os dias que ficaram sem aulas serão repostos, e a Secretaria de Estado da Educação (SED) irá discutir como isso será feito ainda nesta semana. Todos os conteúdos vão ser passados, para que o aluno não fique prejudicado. Apesar disso, é consenso entre os educadores que durante uma reposição, o aprendizado não é o mesmo de um período regular de aulas. De acordo com a diretora de Educação Básica da SED, Gilda Mara Penha, aulas aos sábados devem ser evitadas. Em relação às férias, as de julho estão comprometidas. Talvez as de final de ano também fiquem prejudicadas. O calendário de reposição ainda não foi definido.

Mande sua pergunta para www.diario.com.br/edal. Ela poderá ser respondida pelos jornalistas do DC.

Retorno para a sala

Os professores que votaram pelo fim da greve nas assembleias irão realmente voltar para sala de aula?

- É uma decisão de cada professor, que pode aderir ou não ao movimento.

Como eu posso saber se o professor do meu filho voltou a dar aula?

- A orientação da Secretaria de Estado da Educação é para que o pai ligue para a direção da escola, para se informar.

E ele terá conteúdo novo? Ou ficará revisando o que foi dado antes de começar a greve?

- Isso também precisa ser visto com o diretor da escola. É ele quem acompanha como estão as aulas dos professores que voltaram ou não entraram na greve.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Roberto Azevedo	Data: 6/7/11
Assunto: O piso, o Fundeb e o duodécimo/Por cima		Página: 8

O piso, o Fundeb e duodécimo

O governo do Estado pagará o primeiro salário dos professores estaduais de acordo com a norma federal e terá que planejar o primeiro reajuste do valor do piso nacional do magistério, em maio do ano que vem. A matéria já passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, onde foi aprovada, ontem, em Brasília. Depois disso, irá a plenário e precisará de aprovação também no Senado Federal.

O assunto futuro não tira a

tranquilidade dos chefes dos poderes estaduais, que costuraram um acordo para recompor o repasse do Executivo para 2012, sem a utilização do Fundeb para efeitos da base de cálculo da Receita Líquida Disponível. Ontem, no encontro na Casa d'Agropecuária, o desembargador José Trindade dos Santos (presidente do TJ) e o procurador-geral Lio Marin (chefe do Ministério Público) sacramentaram, na prática, o acertado em reunião com o governador Raimundo Colombo. O

mesmo cabe à Assembleia, à Udesc e ao Tribunal de Contas do Estado.

Os técnicos trabalharam durante uma semana para estabelecer os valores, com o redutor de 2,65%, que garantirão os R\$ 90 milhões para investimento do Centro Administrativo, que terá foco importante na composição dos salários do magistério.

Aos chefes do Judiciário e do MP, o governador não deixou de relatar que entende o esforço que as instituições terão que fazer, mas lembrou que somente a dívida do

Estado com a União leva 15% do orçamento catarinense todos os anos. Uma conta que respinga em toda a atividade pública e penaliza, mais uma vez, o cidadão, que deveria ser o atendido.

A dívida impagável é tema de inúmeras iniciativas dos governos e do Congresso Nacional. No encontro com a presidente Dilma Rousseff, mês passado, Colombo ouviu que o assunto teria uma solução para setembro próximo, um aceno para a redução dos juros. Que os anjos digam amém.

Por cima

A atualização anual do piso nacional do magistério, no mês de maio, foi relatada pelo deputado Esperidião Amin (PP), que recebeu, inclusive, cumprimentos da categoria no Estado e no país afora.

Como a maré é boa, o ex-governador catarinense foi indicado pelo seu partido para integrar a comissão especial que analisará o projeto do novo Código de Processo Civil.

◆ Hoje é dia dos professores decidirem se voltarão às aulas movidos pela proposta de negociar o plausível ou permanecer na batalha política radical de alguns integrantes do Sinte.

◆ Reitores de instituições do sistema Acafe saíram decepcionados da audiência no Palácio do Planalto sobre a preocupante dívida das universidades comunitárias com a Receita Federal e a MP do governo federal que agrava tudo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 6/7/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Republicanos?

Está explicado por que a assessoria do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, decidiu expulsar os jornalistas catarinenses na última audiência do governador Raimundo Colombo, em Brasília. Para lá se deslocaram vereadores e lideranças de Criciúma. Entregaram um novo abaixo-assinado pedindo agilização nas obras de duplicação da BR-101 Sul. E, ao invés de dar total transparência ao encontro, o ministro procurou dar-lhe um caráter sigiloso.

Fez pior num momento delicado em que os catarinenses exigem mais explicações do ministro, especialmente depois do relatório oficial do Dnit, que não dava nem mais prazos para término da duplicação. Alfredo Nascimento rejeitou apelo das autoridades para falar aos jornalistas. Agora, também está esclarecido. Temia perguntas constrangedoras sobre estas escandalosas protelações da duplicação; indagações comprometedoras sobre suas fortes relações com o ex-deputado federal Nelson Goetten de Lima, homem de grande prestígio naquele ministério; ou não queria questionamentos sobre estas denúncias de superfaturamento, aditivos contratuais colocados sob suspeição em licitações de estradas federais.

O cancelamento da abertura das propostas das 70 empreiteiras que participam da concorrência para duplicação da BR-280 coloca mais uma poderosa carga de desconfiança sobre os atos daquele Ministério. E traz mais desânimo e frustrações para os catarinenses.

O coordenador do Fórum Parlamentar, Edinho Bez, procurou informações sobre o que vai acontecer com a licitação da BR-280. Ninguém sabe nada. O diretor geral do Dnit, Luiz Antônio Pagot, nega-se a deixar o cargo. Entrou de férias (quá, quá, quá). Seu substituto é Jorge Henrique de Sá, atual diretor executivo. Sá marcou uma reunião para amanhã com o Fórum Parlamentar. Edinho Bez pediu um relatório sobre a situação das obras federais rodoviárias em SC.



REPERCUSSÃO

Luiz Pagot tinha presença agendada para o dia 18 de julho na Assembleia. Em função do recesso, a audiência pública para apresentação do tão prometido prazo foi então marcada para o dia 1º de agosto. Agora, com o pipocar das denúncias, nem isto está confirmado. Na relação das pendências que seriam cobradas do Dnit estão a duplicação da BR-101 Sul, os acessos aos aeroportos de Jaguaruna e Correia Pinto, o acesso do rodoanel de Florianópolis, a duplicação da BR-470, no Vale do Itajaí, e, agora, o cancelamento da licitação da BR-280, no Planalto Norte.

– Há muito havia um “zum zum” envolvendo a cúpula do Dnit e do Ministério – afirmou o deputado Edinho Bez.

Agora ninguém sabe o que vai acontecer. Quer dizer, certeza só uma: mais atraso, mais acidentes e mais vidas inocentes a enlutar famílias catarinenses. Os tentáculos do polvo federal foram localizados em outras regiões. É de Braço do Trombudo, no Alto Vale, a Industrial Rex, empresa contratada por órgãos do Ministério dos Transportes. Tinha Nelson Goetten como procurador em Brasília. Seu proprietário, Ilário Arnold, era o dono do apartamento no edifício Splendour of the Seas. Ali, segundo a Deic, ocorreram os casos de violência sexual contra adolescentes que motivaram a prisão do ex-deputado do PR. Procurado pelo celular, o empresário atendeu. E logo cortou quando soube que era repórter do Grupo RBS. No Distrito Industrial de Palhoça, há outro vínculo. A Sinasc, indústria de placas rodoviárias e de sinalização, tem contratos no Ministério dos Transportes. Seu proprietário, Francisco de Assis Peres da Silva, filiou-se ao PR, apadrinhado por Goetten. E já foi lançado candidato à prefeitura da Palhoça em 2012 pelo PR. Tudo muito republicano.

◆ Assembleia estadual do Sinte decide hoje sobre a greve. O voto será dado pelos professores, mas a maioria das regionais (17 a 11, com duas abstenções) decidiu pelo fim da paralisação.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 6/7/11
Assunto: A decolagem		Página: 39

A decolagem

A entrevista que o governador Raimundo Colombo concedeu a mim ao vivo, ontem, no *Jornal do Almoço*, pode ser resumida em algumas palavras. Do lado negativo: enchentes, greve dos professores, fuga dos detentos e possibilidade da greve dos policiais civis. Do lado positivo: planejamento, obras estratégicas, execução dessas obras, maior transparência, através de uma divulgação mais eficaz, e fim da política velha. Colombo ressaltou que, na sua avaliação, a paralisação do magistério foi bem conduzida, inclusive com o desconto dos dias parados. “Dias sem trabalhar sem desconto em folha não existe!”. Falou pra todo mundo ouvir que o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) estava sendo erroneamente colocado no bolo geral do orçamento estadual. “Fizemos um acordo com os poderes Legislativo e Judiciário e esta questão ficou resolvida!”. Nos primeiros seis meses de governo, embora não tenha parecido, Raimundo Colombo disse que houve planejamento e poupança de recursos, o que permitirá a realização de obras estratégicas. Sobre sua ida para o PSD: “Chega de política velha”.

O governador afirmou o que a sociedade queria ouvir: o governo, agora, vai decolar. Saí da entrevista com um barulho de turbinas sendo acionadas.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 6/7/11
Assunto: Professores		Página: 36

Professores

Todos sabemos das dificuldades que pais, alunos e professores estão enfrentando, mas pensem nisso: soldado do Bope recebe um salário de R\$ 2,2 mil para arriscar a vida; médico, R\$ 2,3 mil para manter a vida; professor, R\$ 728 para preparar para a vida; e deputado estadual, R\$ 26,7 mil para ferrar com a nossa vida. Vergonhoso.



Adriano Deboni
Por e-mail



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Especial	Data: 01/07/11
Assunto: SC está combatendo o analfabetismo		Página: 03

SC está combatendo o ANALFABETISMO

Apesar da boa-nova, mais de 241 mil habitantes não sabem ler nem escrever

De acordo com dados divulgados nesta semana pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de analfabetismo em Santa Catarina caiu de 5,17%, índice em 2006, para 3,86% em 2010, o que representa 241.189 dos habitantes do Estado. O índice marca uma queda de 1,92%, taxa considerada bastante significativa. O município mais alfabetizado continua sendo São João do Oeste, com apenas 1,04% de pessoas que não sabem ler nem escrever. Balneário Camboriú passa a ocupar o segundo lugar no ranking catarinense, com 1,50%, e Pomerode chega em terceiro, com 1,68% da população não-alfabetizada.

Com o índice alcançado, Santa Catarina poderia receber o selo de estado livre de analfabetismo. Em 2007, o MEC (Ministério da Educação) instituiu a distinção para municípios que apresentassem taxa de analfabetismo abaixo de 4% ou de alfabetização superior a 96%. No Estado, são 58 municípios livres de analfabetismo, conforme o Censo 2010, contra 16 registrados em 2000. O aumento na última década é de 262,5%.

De acordo com o coordenador de Estatística da Secretaria Estadual de Educação, Francisco Fernández Alvarés, os números são resultado de projetos de alfabetização voltados para todas as idades. “Santa Catarina está colhendo os frutos de seus investimentos nesta última década na erradicação do analfabetismo, por meio de políticas públicas educacionais que dão oportunidade às pessoas de idade avançada para se alfabetizarem com colegas de idade similares, barreiras estas que muitas vezes os levavam a abandonar os estudos”, destacou.

Entre os três últimos municípios catarinenses no ranking, estão Cerro Negro, em 293º lugar (14,93%), Entre Rios, no 292º lugar (14,93%) e Campo Belo do Sul, no 291º lugar (14,43%). As três cidades apresentaram queda na última década, mas não o suficiente para saírem da lanterna da lista.

Melhora de vida

A zeladora Tereza Marinho, 62, está enfrentando com dedicação a rotina de estudos à noite, de segunda à quinta-feira, na Escola Municipal Ada Sant’Anna da Silveira, no bairro Paranaguamirim. “É preciso ter coragem. A gente trabalha o dia inteiro e depois tem que estudar. Mas vale a pena o esforço”, conta.

Tereza, nascida em Vitória (ES), frequentou pela primeira vez a escola depois dos 40 anos, em São Paulo. “Não tive oportunidade de estudar, porque tinha que trabalhar. Levava comida para meus pais na roça”, relembra. Há seis anos em Joinville, ela frequenta há quatro o EJA. Está na turma multisseriada do programa de aulas presenciais do primeiro segmento, com disciplinas da 1ª a 4ª série. Terminando essa fase, ela vai para o segmento da 5ª até a 8ª série.

Apesar da dificuldade de escrever ainda persistir, ela comenta que as aulas a ajudaram muito nas relações sociais, principalmente no trabalho. “Agora dá para conversar muito melhor. No período da greve, quebrei um galho danado e até atendi ligações”, conta a funcionária de um posto de saúde no bairro São Marcos.



Joinville na 12ª posição

Joinville aparece na 12ª colocação no ranking, com índice de 2,27%, equivalente a 11.697 pessoas entre uma população de 515.288. Um dos principais fatores que contribuem para a boa posição é a oferta de cursos através de projetos do sistema EJA (Educação de Jovens e Adultos), conduzidos pela Secretaria Municipal de Educação. O EJA destina-se às pessoas que não concluíram os ensinos fundamental e médio na idade própria, possibilitando a continuidade da formação educacional e dando condições de inserção social.

São 3.689 alunos atendidos na cidade em 45 escolas e mais 14 extensões. As turmas funcionam através de programas de aulas presenciais, em telessalas e por módulos. Os projetos de extensões contemplam turmas especiais dentro do sistema carcerário (Penitenciária Industrial, Presídio Regional e Centro de Internação Provisória), no albergue feminino Rosa de Saron, na comunidade terapêutica Opção de Vida e em diversas igrejas.

“O número de alunos tem diminuído no decorrer dos anos, à medida que o índice de alfabetização cresceu. A ideia é reduzir sempre mais, o que prova a redução do número de analfabetos”, considera a supervisora do EJA, Tatiana Possamai Gomes.

O EJA ainda mantém o programa Pró-Jovem Urbano, que dá ajuda de custo de R\$ 100 por mês para incentivar a frequência na escola para alunos entre 18 e 29 anos que não concluíram o ensino fundamental no período regular.

SAIBA MAIS Situação em SC

● Quem são os 15 primeiros municípios dos 58 catarinenses com taxa de analfabetismo inferior a 4%

1º	São João do Oeste	1,04%
2º	Balneário Camboriú	1,50%
3º	Pomerode	1,68%
4º	Blumenau	1,77%
5º	Jaraguá do Sul	1,78%
6º	Timbó	1,82%
7º	Schroeder	2,05%
8º	Florianópolis	2,09%
9º	Peritiba	2,11%
10º	Luzerna	2,16%
11º	Treviso	2,27%
12º	JOINVILLE	2,27%
13º	Gaspar	2,43%
14º	São Bento do Sul	2,43%
15º	Brusque	2,68%



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/7/11
Assunto: Dois cursos reprovados/Sisu Inscrição acaba hoje		Página: 25

EXAME DA ORDEM

Dois cursos reprovados

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou ontem a lista das 90 instituições de ensino superior com aprovação zero no último exame de ordem. Entre essas faculdades, duas são de Santa Catarina: a Faculdade Exponencial (FIE) e o Centro de Educação Superior de Blumenau (Cesblu), que fechou as portas em janeiro de 2009.

Já a Exponencial foi adquirida pela Universidade do Oeste do Estado de Santa Catarina (Unoesc) em 2009. A Unoesc informou que não pode se responsabilizar pelo desempenho de um candidato que se inscreveu no exame como aluno de outra instituição, já que o seu currículo, estrutura e método são outros.

SISU

Inscrição acaba hoje

Os candidatos aprovados na segunda chamada do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) devem fazer até hoje as matrículas. As vagas são referentes ao ensino superior para o segundo semestre de 2011.

A relação dos selecionados pode ser encontrada no site do Ministério da Educação (MEC). De acordo com o ministério, 446.558 candidatos se inscreveram no Sisu do segundo semestre de 2011, para disputar 26 mil vagas oferecidas em instituições públicas de ensino superior.

Quem não foi selecionado também pode manifestar interesse pelas vagas remanescentes até a próxima quinta-feira, também no site do ministério. O sistema aceita apenas a inscrição para o curso escolhido como primeira opção. A lista de espera será divulgada em 11 de julho.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 6/7/11
Assunto: Ensino Superior – Projeto deve tornar Furb uma universidade federal		Página: 25

ENSINO SUPERIOR

Projeto deve tornar Furb uma universidade federal

Estudo para a criação da nova instituição pública no Vale do Itajaí deve estar pronto em 15 dias

Blumenau

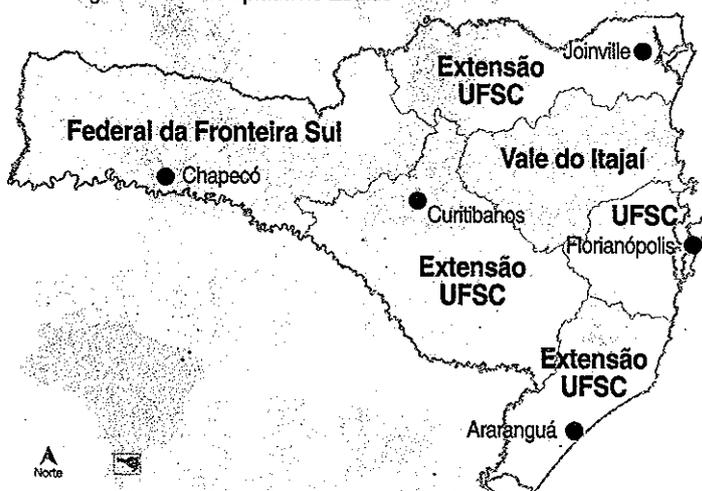
Dentro de 15 dias, o comitê pró-federalização da Furb dará por concluído um dos seus principais estudos, que deve possibilitar a criação de uma Universidade Federal do Vale do Itajaí (UFVI).

Ontem de manhã, durante um seminário regional, a comunidade teve a possibilidade de dar as últimas contribuições ao projeto de incorporação da Furb.

O encontro, segundo o coordenador do comitê pró-federalização, Clóvis Reis, teve a participação de representantes de vários setores da universidade, além de empresários e políticos da região, todos eles manifestando apoio à ideia.

Com a finalização deste estudo – elaborado em parceria com o Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária (Inpeau), vinculado à Universidade Federal da Santa Catarina –, 90% do projeto de federalização da Furb está concluído. Restará apenas a inclusão de um terceiro estudo, que vai explicar como fi-

Confira no mapa as regiões onde existem campi da rede federal gratuita de Ensino Superior. Em azul, o Vale do Itajaí, única região não contemplada no Estado



cará a situação dos atuais professores e servidores. A análise está em fase de contratação. Ela deve ficar pronta no final do mês de agosto ou no início de setembro.

O passo seguinte a ser dado como comitê é a mobilização regional para iniciar a construção de uma agenda de reuniões com o Ministério da

Educação para apresentação oficial do projeto. A perspectiva é ocorrer ainda neste ano.

Várias razões sustentam o trabalho do comitê pró-federalização. Um dos principais argumentos do Ministério da Educação (MEC) para inviabilizar a criação de novas universidades são os custos para a construção de pré-

dios. Mas a UFVI não começaria de zero. Ela vai incorporar o patrimônio físico da Furb: 410 laboratórios e 220 salas de aula, além de editoria, rádio e televisão, complexo esportivo e programas de extensão, clínicas de saúde integradas à rede municipal distribuídas em quatro campi.

Injeção de R\$ 150 mi na economia local

Outro dado apontado pelo comitê é de que 53 municípios da mesorregião do Vale do Itajaí não contam com campus de ensino superior federal gratuito. Na região vivem hoje cerca de 1,5 milhão de pessoas. Todas desassistidas de campus de universidade federal. Há apenas polos de educação a distância.

Com a universidade pública federal, ainda é possível fortalecer a qualificação dos professores no setor de pesquisa e extensão, essenciais na produção de conhecimento que permitam maior autonomia da região na definição de estratégias de desenvolvimento. E há ainda a previsão de uma injeção de R\$ 150 milhões na região com a UFVI.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 6/7/11
Assunto: Educação discute diplomas de cursos de pós-graduação feitos no exterior		Página: online

Educação discute diplomas de cursos de pós-graduação feitos no exterior

A Comissão de Educação e Cultura discutirá nesta quinta-feira (7) o reconhecimento dos diplomas dos brasileiros que fizeram pós-graduação no exterior. “Levando em consideração a falta de oferta de vagas para mestrado e doutorado nas instituições de ensino superior do Brasil, muitos pesquisadores têm procurado Instituições Estrangeiras no intuito de contemplar suas tentativas pela busca do conhecimento científico”, disse o deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), que propôs o debate.

“Não bastasse esta ser uma tarefa árdua, após a conclusão do curso, as instituições de ensino superior brasileiras dificultam o reconhecimento dos diplomas expedidos pelas instituições estrangeiras”, acrescentou.

Como exemplo, ele disse que as instituições brasileiras não respeitam o Tratado de Paz e Amizade entre Brasil e Portugal, firmado em 2000 e ainda não regulamentado. O deputado observou também que os alunos, ao fazer valer o direito de reconhecimento dos diplomas estrangeiros, têm problemas com a lentidão e, em alguns casos, com o alto custo dos processos, além da falta de normas sobre o reconhecimento.

Foram convidados para a audiência:

- o representante da Secretaria de Educação Superior do MEC Luiz Cláudio Costa;
- o representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Edward Madureira Brasil;
- o representante do Conselho Nacional de Educação (CNE) Antônio Carlos Caruso Ronca;
- o presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior (Anpgee), Vicente Celestino de França;
- o representante da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia de Lisboa Antônio Montenegro Fiúza.

Segundo a Agência Câmara, a reunião será realizada às 10 horas, no Plenário 10.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 6/7/11
Assunto: Cursos com má avaliação levam à suspensão de 34 mil vagas		Página: online

Cursos com má avaliação levam à suspensão de 34 mil vagas

Um total de 34 mil vagas de ingresso em cursos de direito com resultados insatisfatórios nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) já foi suspenso por determinação do Ministério da Educação (MEC).

As medidas foram tomadas no âmbito da regulação e supervisão realizadas pelo MEC, por meio da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), em cursos que apresentam baixo desempenho nos conceitos e indicadores de qualidade.

Em 2007, teve início uma supervisão especial em cursos com resultado insatisfatório no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes (Enade) de 2006, que resultou na suspensão da oferta de 24 mil vagas de ingresso.

Em junho deste ano, a partir do processo de regulação, 136 cursos tiveram que reduzir, por força de medida cautelar, 10.912 vagas de ingresso de estudantes, por vestibular ou outros processos seletivos, em virtude de terem apresentado resultado insatisfatório no conceito preliminar de curso (CPC) de 2009 – obtiveram nota 1 ou 2 em uma escala que vai até 5. A suspensão da oferta de vagas é obrigatória até a renovação de reconhecimento dos cursos. Caso o curso mantenha o resultado insatisfatório, a determinação pode tornar-se definitiva.

A decisão de suspender a oferta de vagas em cursos superiores que apresentam baixo desempenho nas avaliações realizadas pelo MEC é uma ação regular, feita a partir dos resultados do Sinaes.